

PROJETO GESTÃO DEMOCRÁTICA “A ESCOLA É SUA”: O ORGANIZADO, O VIVIDO E O QUE FEZ SENTIDO.

Sabrina Carolina Massarotti – Universidade Estadual Paulista (Unesp),
FCT, câmpus Presidente Prudente, Brasil, sabrina.massarotti@unesp.br

Ana Paula Oliveira Rescia – Universidade Estadual Paulista (Unesp),
FCT, câmpus Presidente Prudente, Brasil, ana.rescia@unesp.br

Introdução

A pesquisa em tela teve como objeto de estudo o Projeto Gestão Democrática “A escola é sua”, que foi elaborado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) e desenvolvido como resposta às greves estudantis e consequentes ocupações escolares realizadas nas escolas estaduais que ocorreram no ano de 2015, no Estado de São Paulo, por ocasião do descontentamento dos secundaristas em razão do anúncio do governo estadual à época, acerca das medidas que levariam a uma nova organização escolar.

A solução encontrada pela SEE-SP para atender aos anseios dos manifestantes, foi possibilitar um canal de comunicação mais eficiente entre professores, gestores, alunos e a Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo. Para tanto, criou-se o projeto, que foi desenvolvido nas escolas no ano de 2016, em face da consolidação da cultura democrática nos espaços escolares, da formação continuada de professores e gestores da educação, em um viés mais participativo e colaborativo, além da elaboração de normativas destinadas às instituições de ensino, com vistas a promover uma relação mais democrática entre Estado e escola.

Partindo do que foi anunciado delineamos a seguinte questão de pesquisa: O que revelam os documentos do Projeto Gestão Democrática “A escola é sua”, promovido pela SEE-SP, acerca da formação continuada de professores e gestores da educação básica em face da cultura democrática escolar?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as contribuições e desafios do Projeto Gestão Democrática “A escola é sua” na/para a formação continuada dos professores e gestores da educação básica pública.

Desenvolvimento

Para o aporte metodológico da pesquisa utilizamos as orientações de Severino (2016) e realizamos uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, a fim de discutir as categorias teóricas levantadas: educação básica pública; gestão escolar democrática e formação de professores e gestores da educação. Para tanto, o estudo foi fundamentado em autores como Freire (2011); Libâneo (2013); Paro (2016); Santos (2015); dentre outros.

Realizamos uma análise exploratória, por meio de pesquisa documental, em materiais digitais e impressos do projeto, disponibilizados no *site* da SEE-SP e nas escolas, como material norteador no formato de tutoriais e cronogramas, que serviram como orientações para as ações que resultassem na consolidação da gestão democrática. Para tanto, os procedimentos de pesquisa foram delineados em quatro dimensões articuladas: 1) Mapeamento dos documentos oficiais disponibilizados pela SEE-SP acerca do projeto pesquisado; 2) Estudo sistemático (identificação, leitura e análise) do material selecionado; 3) Análise das contribuições e desafios do projeto na/para a formação continuada de docentes e gestores da educação básica pública; 4) Análise e discussão dos resultados de pesquisa a partir de um procedimento analítico.

Com o mapeamento do material disponibilizado identificamos que o projeto contou com quatro etapas: Diagnóstica, Local, Regional e Estadual. Constatamos que as instruções e tutoriais serviram como guias para os membros participantes do projeto - professores, gestores e demais membros da comunidade escolar, que atuaram como os mediadores do processo. Os profissionais das diretorias de ensino, chamados de facilitadores, ficaram com a responsabilidade de esclarecer dúvidas oriundas das unidades escolares.

Especificamente, a etapa Diagnóstica teve como foco a aplicação de um questionário online à comunidade escolar para que a SEE-SP pudesse entender qual era o nível de compreensão sobre a cultura democrática nas escolas. A partir dos resultados obtidos ocorreram encontros preparatórios, na chamada fase Local, nas próprias unidades de ensino, para que os participantes, por meio de debates e atividades, pudessem aprofundar seus conhecimentos sobre gestão democrática e proporem ações para a superação dos problemas que impossibilitavam a consolidação desta cultura.

Teve início, nessa etapa, a formação continuada de professores e gestores que, ao mesmo tempo em que eram participantes do processo, também, recebiam formação continuada em serviço.

Portanto, as propostas elaboradas pelas comunidades escolares na etapa Local, foram encaminhadas à fase Regional e passaram por uma seleção e refinamento das diretorias de ensino. Por fim, na etapa Estadual houve o redirecionamento das propostas à SEE-SP, com o objetivo de criar normativas acerca da cultura democrática nas escolas.

A pesquisa documental mostrou que a iniciativa da SEE-SP ao propor o projeto, foi positiva ao reconhecer a importância de propostas voltadas à prática da gestão democrática nos espaços educacionais, que resultaram na formação continuada de professores e gestores das unidades escolares participantes.

No entanto, o projeto apresentou divergências em sua estrutura ao apresentar tutoriais com orientações centralizadoras e autoritárias, porém revestidas de um discurso democrático e coletivo que, em tese, vislumbrava oportunizar a participação ativa dos profissionais da educação.

A pesquisa mostrou que os documentos disponibilizados aos gestores escolares deram enfoque para as duas primeiras fases do projeto (Diagnóstica e Local) que possuíam descrições detalhadas em torno de suas características e finalidades, apresentando em seguida, de forma desigual, as etapas Regional e Estadual, com descrições resumidas e sem muitos detalhes, para as escolas estaduais.

Os resultados da pesquisa revelaram, ainda, que os tutoriais limitavam as ações e os debates que aconteceram durante a fase Local, impossibilitando qualquer alteração descrita no cronograma, desconsiderando o fato de que cada unidade escolar possui características próprias e distintas, sendo inviável destinar um único caminho para instituições que apesar de pertencerem ao Estado, não possuíam uma única realidade.

Paro (2016), enfatiza que não basta considerar importante a participação ativa dos membros da comunidade escolar. É preciso pensar em como a ação participativa acontece. No caso dos documentos orientadores do projeto, os tutoriais se assemelhavam a comandos impositivos, não dando espaço aos participantes para exercerem protagonismo, visto que as informações dos cronogramas não foram apresentadas para servirem de inspiração, mas sim para serem executadas.

Para Libâneo (2013) o processo da tomada de decisões dá-se coletivamente, pois é por meio da participação de todos que a cultura democrática se estabelece. Assim, o projeto, que tinha como objetivo transformar a escola em um espaço autônomo e emancipador, mais se afastou do resultado que era almejado do que se aproximou dele.

Conclusões

Considerando o objetivo e os resultados apresentados nesta pesquisa, concluímos que os tutoriais do projeto Gestão Democrática “A escola é sua” se baseiam em pressupostos democráticos e a sua aplicabilidade, propõe de fato, orientações centralizadoras e autoritárias, de modo que o projeto não se mostrou tão promissor como anunciado em seus documentos norteadores.

Os resultados de pesquisa apontaram que as orientações dos tutoriais do projeto analisado se baseiam em pressupostos democráticos, porém não passam de determinações e orientações centralizadoras e autoritárias.

Sendo assim, os tutoriais do projeto apresentaram características inflexíveis e impositivas que foram de encontro ao que se esperava de uma proposta que se apresentou à luz da gestão democrática, pois o processo utilizado nas reuniões da etapa preparatória/local continham equívocos estruturais referentes aos métodos utilizados durante os encontros e na própria compreensão da gestão democrática tanto nos documentos como na aplicação prática das orientações.

O projeto apresentou inflexibilidade nos tutoriais, falta de compartilhamento de informações de forma equilibrada entre os órgãos envolvidos e desconsideração com a realidade das escolas estaduais, estavam presentes também um excesso de burocratização, pois todo o desenvolvimento foi guiado a partir do cumprimento de prazos e diversas exigências descritas nos materiais disponibilizados às escolas, e uma evidente ligação entre a evolução do projeto e interesses políticos.

O equívoco do projeto não está no oferecimento da formação, mas na forma como foi apresentada e conduzida aos participantes. O documento teria um melhor desenvolvimento se fossem permitidas alterações nas orientações dos materiais de apoio, de acordo com as muitas realidades das escolas que a rede estadual possui, no sentido de cada unidade ter escolhido quais atividades de recreação fariam nos encontros locais, quais materiais usar e como os horários das reuniões seriam

distribuídos.

Por fim, de tantos obstáculos, o processo de formação continuada é uma das soluções que, se bem realizada, pode trazer muitos benefícios para a educação e para a comunidade escolar, visto que a escola só sofre alterações profundas se a forma de pensar e agir dos agentes que pertencem às instituições de ensino se altera primeiro.

Referências

- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2011.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- SANTOS, P. S. M. B. **Guia Prático da Política Educacional no Brasil - Ações, Planos, Programas e Impactos (ebook)**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.